

JUVENTUDES E BEM-VIVER: POSSÍVEIS DISCUSSÕES MEDIADAS PELO HIP-HOP**YOUTH AND GOOD LIVING: POSSIBLE DISCUSSIONS MEDIATED BY HIP-HOP**

Pamela Barbosa Martins¹
Hasani Elioterio dos Santos²

RESUMO

O presente texto tem o objetivo de discutir o Hip-Hop como uma expressão cultural que possibilita diferentes agendas de construção de um “Bem-Viver” para as juventudes, que refletem uma pluralidade de experiências de vida e projetos de vida. Situamos o Hip-Hop como uma prática cultural da diáspora africana que abarca diferentes elementos constitutivos, mas é o quinto elemento, o conhecimento, o definidor em termos sociológicos para a produção de um Bem-Viver que está associado às demandas e pautas de diferentes grupos que se familiarizam com a cultura Hip-Hop e mobilizam agendas políticas que são articuladas em suas semelhanças e diferenças que denotam o caráter híbrido do Hip-Hop. É nesse sentido que é possível pensar e perceber a existência de uma miríade de agendas nas práticas que constituem o Hip-Hop de grupos juvenis feministas, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+s, ou até mesmo de extrema direita.

PALAVRAS-CHAVE: hip-hop; juventudes; bem-viver; conhecimento; articulação.

ABSTRACT

This text aims to discuss Hip-Hop as a cultural expression that enables different agendas for building a “Good Life” for youths, which reflects a plurality of life experiences and life projects. We situate Hip-Hop as a cultural practice of the African diaspora that encompasses different constitutive elements, but it is the fifth element, knowledge, which defines in sociological terms the production of good living that is associated with the demands and agendas of different groups who become familiar with Hip-Hop culture and mobilize political agendas that are articulated in their similarities and differences that denote the hybrid character of Hip-Hop. It is in this sense that it is possible to think and

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar), no qual desenvolve a pesquisa intitulada “Entre batidas, ritmos e flow: o protagonismo de jovens negras na produção e promoção do Movimento Hip-Hop”. Mestra pelo mesmo programa, no qual desenvolveu a pesquisa intitulada “Professoras-Pesquisadoras Negras: modos de fazer e experienciar a intelectualidade” com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF). E-mail: commartinsbpamela@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7085-0238>.

² Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) (Bolsista CAPES). É pesquisador e membro atuante do NEAB/UFSCar e do grupo de estudos “Transnacionalismo Negro e Diáspora Africana”. Fulbright Alumni na University of Massachusetts Amherst (2022-2023). E-mail: hasanisantos@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1183-7466>.

perceive the existence of a myriad of agendas in the practices that constitute Hip-Hop of feminist, indigenous, quilombola, LGBTQIAPN+ youth groups, or even the extreme right.

KEYWORDS: hip-hop; youths; good living; knowledge; articulation.

Uma criança no escuro, tomada de medo, tranquiliza-se cantarolando. Ela anda, ela pára, ao sabor de sua canção. Perdida, ela se abriga como pode, ou se orienta bem ou mal com sua cançãozinha. Esta é como o esboço de um centro estável e calmo, estabilizador e calmante, no seio do caos. Pode acontecer que a criança salte ao mesmo tempo que canta, ela acelera ou diminui seu passo; mas a própria canção já é um salto: a canção salta do caos a um começo de ordem no caos, ela arrisca também deslocar-se a cada instante. Há sempre uma sonoridade no fio de Ariadne. Ou o canto de Orfeu.

(Deleuze & Guattari, Mil Platôs 4)

INTRODUÇÃO

O Hip-Hop comemorou recentemente, em 11 de agosto de 2023, seu aniversário de 50 anos. Muito tem se falado a respeito da importância do Hip-Hop especificamente, e da música negra de modo geral, em termos de estudos científicos. O Hip-Hop é uma expressão cultural cujas manifestações musicais têm crescido em termos de alcance de ouvintes e intérpretes ao redor do mundo, compondo quase um quarto de todos os *streams* do Spotify³. No que diz respeito aos grandes contribuidores da música e do entretenimento, destacamos a fala do maestro Quincy Jones que denota a conexão do Hip-Hop com outras expressões juvenis negras, como o jazz e o bebop. A importância da fala de Quincy Jones nos é útil para encaixar o Hip-Hop em uma cultura globalizada das juventudes negras, onde esses jovens se identificam em projetos de vida que se encontram de uma maneira tão hibridizada que atravessam a fronteira de cor e nação. Paul Gilroy, em “Black Atlantic”, recorre a Quincy Jones que diz que “o hip-hop é, em diversos sentidos, a mesma coisa que o bebop, porque era uma música renegada. Ele veio de uma subcultura privada de direitos políticos, que fora excluída do sistema. Eles disseram:

³ Disponível em: <https://newsroom.spotify.com/2023-08-10/quase-um-quarto-de-todos-os-streams-no-spotify-sao-para-o-hip-hop-os-editores-globais-do-spotify-refletem-sobre-o-crescimento-do-genero/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

‘Vamos recuperar nossa própria vida. Teremos nossa própria língua’” (Gilroy, 2001, p. 111).

Nosso objetivo neste texto é explorar as possibilidades de bem-viver que aparecem descritas, de inúmeras formas, no Hip-Hop, a partir desta fala de Quincy Jones. Nosso argumento é que tal modelo de descrição e proposição de “bem-viver” é, por um lado, o que faz essa expressão cultural nascer como uma prática oposta aos pressupostos do Iluminismo, pois o Hip-Hop não faz uso da separação entre arte e vida. Essas duas “formas expressivas” se encontram e se constituem no que Gilroy (2001) vai chamar de “enraizamento do estético em outras dimensões da vida social”. Por outro lado, é o que faz do Hip-Hop uma expressão que adquiriu uma condição de “popular” que reenquadra a prática cultural em outras perspectivas orientadas pelo racionalismo das ciências sociais e as teorias da modernização. O aporte teórico-metodológico que orienta a discussão do texto é a contribuição dos “Estudos da Diáspora Africana” e dos Estudos Culturais, ambas as áreas institucionalizadas no período após a Segunda Guerra Mundial, tendo os Estudos Culturais sendo desenvolvidos, dentre outros(as), por autores como Stuart Hall e Paul Gilroy.

MÉTODO E TEORIA

As diferentes perspectivas que surgiram no denominado “pós-marxismo” em torno do conceito de articulação, por um lado, criticavam as narrativas totalizantes que enclausuravam a pertença humana a uma classe específica que poderia ser determinada em última instância pelo econômico e, por outro, condicionavam no plano prático a agência, individual ou coletiva, a uma meta de emancipação das contingências impostas pelo capitalismo. O preestabelecimento unívoco do sentido da ação social impedia e/ou condicionava toda e qualquer outra forma de expressão da opressão à resolução do conflito na esfera econômica. É no contraste entre a experiência vivida como mulher, negro, população LGBTQIAPN+ que se explicita a inconsistência dessa concepção abstrata. Não se trata de negar a importância de tal perspectiva, mas de observar o quanto ela é arbitrária em relação a diferentes conjunturas, por exemplo, marcadas pela experiência pós-colonial. Assim, a pertença a um determinado *gênero, raça, sexualidade*

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

ou diferença cultural, na qual traços diacríticos são destacados e transformados em índices hierárquicos de humanidade a partir de uma concepção racializada⁴ da nossa experiência, torna evidente o reducionismo, os limites e possibilidades dessa forma de pensar a emancipação uníssona da humanidade.

Neste contexto, a noção de articulação surge em um momento de problematização do sujeito autônomo, homogêneo e estável da modernidade e da consequente “crise” a partir da qual se constituiriam as principais práticas políticas de emancipação, como no caso do marxismo e do feminismo. A articulação enquanto conceito permite a análise, em cada conjuntura específica, em cada momento histórico de cada formação social, das identidades na sua relação com as práticas políticas, as conexões parciais, às contingências estratégicas e conhecimentos situados como, também, a proliferação de múltiplas opressões invisibilizadas que visibilizam os que estão às margens e que simultaneamente se tornam o centro de novas opressões, como jovens negros(as) das maiores metrópoles mundiais.

Assim, na base do chamado giro discursivo estaria situada uma nova possibilidade através do conceito de articulação de analisar e descrever, em diferentes contextos nacionais, os impactos da transnacionalização dos mercados, os movimentos migratórios, a globalização e articulação de inúmeros protestos procedentes de múltiplos e diferentes grupos sociais que vêm se mobilizando frente às opressões de raça, gênero, sexualidade etc.

O feminismo do início dos anos 1970 denunciou a homogeneização androcêntrica de grande parte do marxismo. Ao final dessa mesma década e início dos anos 1980, a mesma crítica iria se reproduzir no interior do próprio feminismo pelas feministas negras, como as do Coletivo Combahee River, organização feminista negra e lésbica fundada em Boston, nos Estados Unidos, no ano de 1974. As feministas brancas criticaram o papel da família na reprodução da opressão patriarcal, mas foram questionadas pelas feministas negras, que destacaram o seu papel contraditório na comunidade negra que se, por um lado, reproduzia as opressões patriarcais, por outro, se convertia em baluarte frente às

⁴ Racialização é compreendido aqui como recurso político cujas populações são percebidas tendo como referencial de identidade e subjetividade posições hierárquicas que são produzidas socialmente por meio de características fenotípicas envolvendo a noção de “raça”.

agressões racistas. Dentre as várias teorizações destacadas pela literatura para os fins do presente texto duas são fundamentais: “Feminist Theory: From Margin to Center” (Teoria feminista: da margem ao centro, de bell hooks, publicada em 1984) e “Borderlands/La Frontera: The New Mestiza” (A imagem da nova mestiça, de Gloria Anzaldúa, de 1987). Estes trabalhos são representativos da produção de aportes teóricos e/ou teorias a partir da experiência de estar em *zonas fronteiriças*. Elas fazem notar a existência de uma tríplice opressão entre raça, classe e sexo, ou a que se produz por meio de fronteiras específicas. Com suas especificidades, propõem alternativas que vão desde as margens, passando pela produção de uma linguagem própria até a construção política de um feminismo sem fronteiras.

Como no caso do gênero, surgiram análises críticas das relações entre classe e raça, em especial nos trabalhos de Stuart Hall e Paul Gilroy, e em relação à ausência de uma abordagem crítica sobre a colonização e produção de conhecimento e poder (Said, 2007). Para Hall (1996), uma articulação é a forma de conexão que pode produzir uma unidade de dois elementos diferentes, sob determinadas condições. É uma união não estável, portanto, não determinada, nem absoluta e essencial.

Para Hall há que se perguntar: sobre quais circunstâncias podem ser produzidas ou forjadas relações? Porque a chamada “unidade” de um discurso é na realidade a articulação de elementos diferentes, específicos que podem ser re-articulados em formas diversas dado que não possuem uma necessária “pertença” mútua. A “unidade” que importa é um enlace entre esse discurso articulado e as forças sociais com as quais pode se conectar sobre certas condições históricas, ainda que não de forma necessária (Hall, 1996). Assim, ao aplicar seu procedimento teórico em relação às categorias de *raça* e classe é que podemos entender mais claramente seu intento em relação ao conceito de articulação. Fugindo de qualquer elemento que priorize um elemento sobre o outro, ele mostra como a *raça* pode ser uma das formas pelas quais se experimenta a classe social, de forma que a análise de um elemento não pode ocorrer sem a análise do outro. E, também, desconstruindo a essencialidade do sujeito negro que favorece o elemento raça sobre qualquer outra possível determinação, assim como faz com o sujeito coletivo “classe operária”. Como argumenta em seu artigo “New Ethnicities”:

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

As questões centrais sobre a raça sempre aparecem historicamente em articulação em uma formação social, com outras categorias e divisões, e são constantemente atravessadas e reatrasadas de classe, gênero e etnicidade. [...] Em minha opinião, filmes como *Territories*, *Passions of Remembrance*, *My Beautiful Laundrette* and *Samy and Rosie Get Laid*, por exemplo, deixam perfeitamente claro que este giro está se produzindo; e que a questão do sujeito negro não pode ser representada sem fazer referência às dimensões de classe, gênero, sexualidade e etnicidade (Hall, 1992, p. 255).

Na concepção de Hall, os atores envolvidos são todos humanos ou construções sociais produzidas por eles mesmos. Ele atende a materialidade, mas a agência continua sendo exclusivamente do âmbito do humano. É, também, nesse texto de Hall que encontramos a possibilidade de um estudo e aplicação do conceito de articulação com base no significado contemporâneo da política cultural juvenil-negra na Inglaterra. Embora a análise tenha sido desenvolvida no contexto britânico, ela, sem dúvida, pode dar inteligibilidade a processos similares em outros contextos nacionais. Em “*New Ethnicities*”, Hall (1992) identificou e caracterizou uma mudança significativa no que ele denominou de política cultural *black* (negra) na Inglaterra. Ao fazê-lo, ele observa duas fases nitidamente discerníveis, embora articuladas, pois são resultado de uma mesma conjuntura histórica, na qual se inscreve a política antirracista da experiência *black* (negra) naquele país. A primeira fase é denominada de relações de representação e a segunda de política de representação.

Nas condições sociais que emergem o que Hall identificou e caracterizou como relações informadas por políticas de representação, duas estratégias nos parecem centrais. A primeira é aquela da construção da categoria *black* (negra) enquanto hegemônica ao recobrir diferentes grupos e indivíduos com diferentes experiências culturais marginalizadas que eram os “outros” invisíveis no interior de uma estética e de um discurso cultural predominantemente branco. A categoria política *black* permitiu se forjar um “bem-viver coletivo” e tensionar o regime dominante de representação, primeiro pela música e, posteriormente, pela linguagem visual e cinematográfica. A disputa que se estabelece nesses espaços pode ser superficialmente visualizada em torno da passagem da condição de objeto (fetichizado, objetificado e figurado negativamente) para a de sujeito nas práticas de representação. O que estava em jogo era, tanto, a questão do acesso ao direito de representação de si e de representação coletiva a partir dos próprios artistas

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

e trabalhadores culturais negros, quanto, a contestação da marginalidade, expressa nas imagens de natureza fetichizadas e estereotipadas dos negros, a partir de uma contraposição construtiva de imagens positivas deles por eles mesmos. No segundo momento e/ou estratégia, nos encontramos com a articulação do passado com o presente e, deste último, com um futuro sem garantias. A mudança das relações de representação para a política de representação, em si mesma, implica no estabelecimento de novas frentes de luta, em convivência com outras frentes que não desaparecem, mas se ressignificam em um processo articulatório.

Hall problematiza o conceito mimético de representação, isto é, aquele em que as imagens da realidade aparecem fora dos indivíduos e grupos que as constroem nos processos interativos de sua experiência social. Nesse sentido, ele opera um deslocamento radical ao propor que, embora eventos, relações e estruturas tenham condições de existência reais fora da esfera do discurso, para ele é apenas no interior de um discurso, e sujeito às suas condições específicas, limites e modalidades, que eles ou elas podem ser construídas dentro de significados. Dito de outro modo, os regimes de representação em uma cultura não são meramente reflexivos, mas sim constitutivos, portanto, nos remetem a questões de ideologia e cultura e a cenários de representação – subjetividade, identidade, ideologia – não meramente expressivos, mas um lugar formativo na constituição da vida social e política.

É, portanto, a partir do confronto (e articulação) entre regimes de representação concorrentes que pretendemos visualizar os efeitos do encontro entre uma política informada por práticas culturais da juventude negra, por um lado, e os discursos eurocêntricos, por outro; assim como o fim da inocência proporcionado pela categoria essencializada negro, no sentido de que ela é essencialmente uma categoria construída cultural e politicamente e, ao mesmo tempo, que raça sempre aparece historicamente articulada, em uma formação social, com outras categorias e divisões e é constantemente atravessada e reatravessada pelas categorias de classe, gênero e etnicidade.

Após teorizar nos termos acima descritos, Hall desdobra sua reflexão para como podemos repensar práticas políticas informadas pela categoria *raça*. Em primeiro lugar, diz ele, o racismo opera construindo fronteiras simbólicas intransponíveis entre categorias racialmente constituídas no interior de um sistema binário de representação tentando

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

marcar, fixar e naturalizar as diferenças entre pertencimento e alteridade, produzindo o que Gayatri Spivak chamou de “violência epistemológica” do discurso sobre o outro – sobre o imperialismo, do colonizado, do orientalismo, do exótico, do primitivo. Daí as insuficiências de um discurso antirracista estruturado sobre uma perspectiva de inversão reversa.

Hall recorre a Frantz Fanon, autor de “Pele Negra e Máscaras Brancas”, para nos lembrar que a violência epistêmica opera por um processo de separação, a internalização do eu-como-outro. Onde esse “outro” é representado sendo caricatura e pernicioso, ora como desejo sexual, ora como aversão e repulsa, sendo um resumo “daquilo que não sou e daquilo que jamais quererei ser” (Fanon, 2008). O racismo constrói o sujeito negro como selvagem nobre e vingador violento. Hall recorre também à noção de diferença (*différance*) de Derrida⁵ para propor uma nova concepção de etnicidade a qual é posicional, condicional e conjuntural, isto é, nós todos estamos localizados no nível das identidades e elas são cruciais para o nosso senso subjetivo de quem nós somos. Finalmente, Hall observa que vinculada a essa nova política de representação acompanha uma consciência da experiência negra como uma experiência de diáspora, como um processo cultural de diáspora.

Esse processo de diáspora, na perspectiva proposta por Paul Gilroy, indica: a) uma específica pluralização e o traço não idêntico das identidades negras sem celebrações precipitadas, b) a possibilidade de identificação de traços comuns que não podem ser dados como garantidos e, principalmente, c) que a identidade tem de ser demonstrada em relação à possibilidade alternativa de diferenciação, visto que a lógica da diáspora impõe o sentido de temporalidade e espacialidade, o qual ressalta o fato de que nós não somos o que nós fomos (Gilroy, 2001, p. 23). Daí a importância do desdobramento atual tanto teoricamente quanto no espaço das lutas sociais dos povos da diáspora, expressa no âmbito da formação política e cultural do modelo analítico que Gilroy chamou de “Atlântico Negro” em seu duplo sentido, na busca de uma recriação

⁵ A ideia de diferença em Derrida sugere um neologismo criado a partir dos verbos franceses *différer* (“diferir”) e *déferer* (“deferir”). A linguagem depende da diferença, como mostrou Saussure. Onde Derrida abre um novo caminho é no esforço de mostrar que na medida em que “diferir” se transmuda em “deferir” a ideia de que o sentido é sempre diferido, talvez até o ponto de uma infinita suplementaridade, pelo jogo de significação.

das origens da população negra transcendendo a fronteira nacional, pois essa fronteira nos fechou no raciocínio pernicioso das identidades fixas.

A análise e descrição do Hip-Hop como uma expressão cultural juvenil-negra, portanto, permite articular diferenças em termos de identificação que se desdobram em diferentes políticas de representação, agendas e pautas, em uma única expressão cultural.

HIP-HOP E BEM-VIVER: POSSÍVEIS DEFINIÇÕES E DISCUSSÕES

O Hip-Hop teve sua origem no South Bronx, em meados da década de 1970 e na década de 1980, em uma conjuntura sociopolítica nos Estados Unidos do período da substituição do governo do democrata Jimmy Carter, para o republicano Ronald Reagan, este que vinha atacando severamente direitos civis duramente conquistados durante a segunda metade da década de 1960. Tricia Rose (2008) argumenta que durante o segundo mandato de Reagan havia altas taxas de desemprego entre os jovens afro-americanos, seguido de um quadro de pobreza. O cenário político da época se expressava na configuração da vida urbana também: no Bronx, em Nova York dos anos 1970, havia um sério cenário de abandono e destruição; “[...] com pouca oferta de espaços de esporte e lazer e cultura, os jovens estavam expostos à violência urbana crescente [...]” (Teperman, 2015, p. 17).

É neste contexto que o Hip-Hop se constituiu e se consolidou por meio de cinco elementos complementares: o MC, o mestre de cerimônia; o DJ (*disc jockey*), responsável pelo toca-discos; o *Breakdance*, a dança de rua protagonizada pelos b-boys e pelas b-girls; o Grafite, expressão artística com o uso de tinta spray; e o Conhecimento, responsável por permitir a conscientização daqueles que integram o movimento. O Rap, expressão musical do Hip-Hop, se constitui a partir da junção dos trabalhos do MC e do DJ. Já a atuação destes dois últimos, é influenciada pela chegada das festas de *sound system*, trazidas pela juventude jamaicana e de outros estilos musicais como o funk, o soul, dentre outros (Rose, 2021; Santos, 2019). Os cinco elementos, quando unidos, promovem uma articulação entre cultura e política, oportunizando o encontro de manifestações artístico-culturais e, a partir delas, o espaço para dar vazão às experiências vividas pelas juventudes (Freire, 2018; Santos, 2011).

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

É especialmente a partir das mãos dos DJs que o Hip-Hop adquiriu sua característica como um espaço de lazer e sociabilidade. Dj Kool Herc, de origem jamaicana, levava consigo grandes aparatos tecnológicos como caixas de som que permitiram posteriormente a realização de grandes festas ao ar livre (como sugere a tradição dos *sound systems* jamaicanos feitas em espaços abertos) e a realização de festas em locais fechados, como a clássica festa que ocorria na Avenida Sedgwick na altura do número 1520 no South Bronx. O DJ também é conhecido por ser o criador do que seria conhecido como o *breakbeat*, sugerindo mais tarde uma forma nova de se dançar no momento do *break* que viria a ser personificada nos *b-boys* e *b-girls*. Em termos sociológicos, Kool Herc foi fundamental na criação do Hip-Hop no sentido da promoção de espaços de sociabilidade naquela região do South Bronx em Nova York.

As festas de Kool Herc são a única opção na cidade e atraem multidões. Cada evento é uma grande fonte de inspiração para o público jovem. Em pouco tempo, um núcleo talentoso começa a criar a partir do alicerce construído por Herc (Piskor, 2016).

Já Grandmaster Flash, é tido por muitas pessoas como um grande DJ que desenvolveu a prática e as técnicas de Kool Herc, apresentando novidades e ganhando certa reputação nas festas de rua. Grandmaster Flash é também reconhecido junto com Grandwizard Theodore como o fundador da técnica do *Scratch*. Composto o trio, Afrika Bambaataa é outro importante DJ de festas que também fomentou espaços de sociabilidade no Hip-Hop. A questão da sociabilidade em Bambaataa está no fato de ele ter vivenciado o período das gangues de rua que estavam em evidência no Bronx; Bambaataa, que era liderança da gangue *Black Spades* e fazendo uma leitura do potencial da nova cena do Hip-Hop, que emergia naquele período tanto quanto as gangues, se dispôs a guiar a gangue para uma forma de expressão que não mais tivesse a ver com batalhas sangrentas nas ruas e nos bairros, mas que essas batalhas se mantivessem no campo das artes, na música, na dança, fundando a Zulu Nation em 1973.

Kool Herc, Grandmaster Flash e Afrika Bambaataa foram os primeiros DJs que, para além de desempenharem a função de manter as batidas das músicas controlando os toca-discos e os sistemas de som, mantinham a plateia de suas festas animadas, conversando e interagindo com o público. Eles também foram os primeiros mestres de

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

cerimônias – nomenclatura que viria a ter sua forma abreviada na palavra MC. No entanto, com o desenvolver de técnicas de DJ e aumento de competitividade na cena, o tempo para interagir com o público diminuía cada vez mais. É nesse momento que o DJ e o MC se tornam especificidades de uma mesma parte.

Durante a década de 1980 essa expressão cultural chegou ao Brasil, em uma década que ficou conhecida como a “década perdida” pelo fato de a economia permanecer parada e pelas mobilizações políticas que culminaram nas “Diretas Já” dos anos 1983 e 1984, nas quais milhões de brasileiros saíram às ruas exigindo o direito de participar da votação para a eleição de Presidente da República. O Hip-Hop chega à Estação São Bento, em São Paulo, em 1986, conseqüentemente com o fim da ditadura militar e a eleição da chapa de Tancredo Neves e José Sarney, dois civis. O Hip-Hop se manifestou na São Bento por meio de eventos como batalhas e disputas entre grupos de danças, tendo como termômetro as palmas do público, que também na época legitimavam e decretavam a vitória dos grupos mais ousados nas competições. Aos poucos, as apresentações de dança viriam a ser incorporadas com rap ao vivo e a caixa de som foi sendo retirada lentamente dessas apresentações, adicionando elementos que fomentavam a socialização e o lazer entre aqueles jovens, como as letras de rap.

Essas são algumas breves considerações sobre o Hip-Hop e o rap desde o seu nascimento no South Bronx em Nova York até a sua recepção em terras brasileiras. Os dois momentos esboçados foram importantes para a construção desta discussão, pois sugerem a questão da constituição da sociabilidade dos jovens negros, seja em Nova York, seja em São Paulo, como mediada pelo Hip-Hop. É justamente nesse sentido da criação de espaços de lazer e sociabilidade que reside o caráter do bem-viver em termos sociológicos, como oportunidades de criação de horizontes de expectativa, que são múltiplos e buscam abarcar experiências de diversos grupos que participam da cultura Hip-Hop na contemporaneidade.

A produção de bem-viver pode ser compreendida, em termos sociológicos, pela teoria da ação social racional, a partir das estratégias de produção de discursos que viabilizem novas políticas de representação. A teoria social fundamentada pelo domínio das escolhas racionais deriva de um economicismo que informa toda uma tradição sociológica de Max Weber à Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. Essa perspectiva nos

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

apresenta modelos de ação intencional que surgem e podem ser encontrados em todas as ciências sociais. Se os atores forem portadores de intenções, eles propõem suas ações produzindo determinados resultados. Um postulado básico da escolha racional-legal deriva de suposições metateóricas em vez de uma análise empírica.

Os modelos teóricos propositivos, em geral, partem do mesmo pressuposto e o elemento distintivo do que é uma escolha racional é a sua noção implícita de aperfeiçoamento, pois ao agir racionalmente, os indivíduos priorizam e maximizam os possíveis benefícios de suas escolhas de um universo de possibilidades de ações sociais. Os atores escolhem as ações com os melhores resultados de acordo com suas próprias preferências. A abordagem da escolha racional assume que os atores estão preocupados, principalmente, com o seu próprio bem-estar e que as suas preferências são orientadas pelo seu interesse; significa dizer que os atores sociais são motivados pela busca de recursos que sejam relevantes.

Há uma outra perspectiva sociológica que surge não de um modelo metateórico de ação social, mas da realidade empírica e da experiência vivida dos indivíduos que se constituem como atores de uma modalidade de ação social que é orientada pelas contingências e, por vezes, pelo acaso. É nessa perspectiva que enquadramos o processo de criação e desenvolvimento do Hip-Hop, assim como a sua chegada ao Brasil, enquanto uma expressão cultural que busca a construção de novos regimes de representação que tensionam e apresentam uma nova política de representação, inicialmente para as juventudes negras, mas que também passam a impactar as experiências e trajetórias de outras juventudes, como as indígenas, quilombolas e/ou LGBTQIAPN+. Assim, como integrantes e produtoras do Hip-Hop, tais juventudes apontam para as alternativas/possibilidades de ser, estar e agir na sociedade contemporânea.

Os processos de construção de novos regimes de representação implicam, então, no reconhecimento da negociação com os regimes anteriores ou, em último caso, da impossibilidade de continuação destes. Atrelado a este movimento, enxergamos nos postulados do bem-viver uma alternativa que orienta e complexifica as ações do Hip-Hop. Isto porque o conceito de bem-viver, construído pelas populações indígenas e que emerge como discurso na década de 1990, é proposto como alternativa para melhorias na qualidade de vida, no âmbito educacional, da sociabilidade, dentre outros. O conceito

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

“supõe uma profunda transformação na relação sociedade-natureza, pelas mesmas razões e no mesmo grau que *exige mudanças nas relações étnicas e culturais de poder*” (Alcântara; Sampaio, 2017, p. 4, grifo nosso).

Mais do que isso, o conceito de bem-viver é de natureza polissêmica, por esta razão, dialoga com caminhos alternativos, reorientando às discussões sobre a qualidade de vida, apontando a importância do convívio, diálogo entre diferentes ontologias e, também, para a construção de perspectivas voltadas para a interculturalidade (Acosta, 2016; Nunes, Giraldo e Cassiano, 2021).

Sendo assim, o quinto elemento do Hip-Hop, o conhecimento, é o responsável por essa perspectiva de tensionar os regimes de representação vigentes, apresentando novas representações que desaguam em novas formas de pensar em identidades e pertencimento, em um nível subjetivo, que mais tem a ver com o indivíduo e seus desejos de pertencer a um nível coletivo. É nesse sentido que podemos identificar no Hip-Hop um espaço formativo, ou seja, um espaço de criação de novos sujeitos, assim como de novos discursos que formam e informam toda uma miríade de agendas políticas, que são por vezes concorrentes e críticas entre si.

Enquanto espaço formativo e também como produtor de diferentes formas de agenciamento, o Hip-Hop, nessa discussão inicial, nos parece apontar para uma relação tensa e múltipla com a noção de bem-viver, por tratar-se de um espaço de circulação de diferentes experiências sociais e pelo rompimento com perspectivas individualistas, tendo em sua trajetória a criação de novas formas de sociabilidade. Em conjunto a estas movimentações está também a capacidade de imaginar novas possibilidades para o futuro, sendo elas, relacionais, de complementariedade e solidariedade (Acosta, 2016).

O elemento “conhecimento” do Hip-Hop pode ser traduzido como a condição de saber algo. O conhecimento trata-se, então, de um conjunto de informações, fatos, princípios e habilidades de compreensão que são adquiridos por meio da educação e da experiência. O conhecimento é uma parte importante não somente do Hip-Hop, mas de toda a vida humana que depende inteiramente da capacidade de conhecer. O conhecimento, elemento popularizado por Afrika Bambaataa e pela sua organização, Zulu Nation, é a capacidade cognitiva e crítica que mantém os outros elementos artísticos do Hip-Hop em um contínuo processo de articulação.

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

É, portanto, por meio do conhecimento intrínseco não somente ao Hip-Hop, mas a toda uma cultura humana, que os diferentes atores inseridos na cultura Hip-Hop vão se perceber como indivíduos a partir da sua própria experiência de vida e postular um recontar de sua própria história. Estas narrativas podem, contudo, ser narrativas de manutenção dos ordenamentos sociais e do *status quo*, ou podem ser histórias que vão em direção à transformação da realidade e do imaginário social.

CONCLUSÃO

A partir da discussão proposta neste texto – em primeiro lugar teórico-metodológica, em segundo lugar empírico-analítica –, a conclusão preliminar a que podemos chegar é de que o debate acadêmico do período da emergência do que se convencionou como “contracultura” é fundamental para o entendimento do surgimento do Hip-Hop e sua relação com os projetos de vida das juventudes que se familiarizam com a expressão cultural, culminando em propostas de bem-viver no interior do Hip-Hop. O surgimento de uma crítica pós-colonial a partir de diferentes leituras e interpretações de Frantz Fanon, especialmente na crítica literária, forneceu as bases teóricas para a construção de um argumento crítico às narrativas que forjaram a modernidade sociológica, e nessa crítica que se pauta, sobretudo, em um entendimento profundo das relíquias do Ocidente como, por exemplo, as ideologias que sustentaram e ainda sustentam o desenvolvimento da Europa, como o processo de racialização e as noções de progresso e evolução, foram sistematicamente examinados e criticados.

A virada pós-colonial nos permite perceber que há, no mínimo, duas linhagens de pensamento e ação, a teoria social e o pensamento pós-colonial, que pode ser traduzido no que Les Back e Tate (2015) classificam como uma “sociologia branca” e uma “sociologia negra”. O pensamento pós-colonial é principalmente um discurso anti-imperial que critica o império e os seus legados persistentes. Se a teoria social nasceu no interior das dinâmicas imperiais, o pensamento pós-colonial nasceu contra o império. Os Estudos Culturais, por sua vez, fornecem importantes recursos conceituais e teóricos para analisar o Hip-Hop enquanto uma cultura política, ou seja, uma prática cultural que produz política. A cultura política traduz um conjunto de atitudes, crenças e regras que

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

orientam um sistema político, que são determinadas conjuntamente pela história do sistema e pelas experiências de seus membros. Ela é utilizada para caracterizar diferenças entre sistemas políticos e para analisá-las em termos comportamentais, recorrendo à psicologia e à sociologia de forma multidisciplinar (Go, 2016). É desse modo, na perspectiva do pensamento pós-colonial e dos Estudos Culturais, que vemos o Hip-Hop tanto como um espaço de formação de novos espaços de enunciação, de uma nova gramática política, como da manutenção de um ordenamento social vigente, em uma perspectiva mais conservadora.

A teoria da articulação de Stuart Hall nos permitiu analisar e descrever o Hip-Hop como uma expressão cultural em constante encadeamento de similaridades e diferenças em termos de agendas e pautas políticas de determinados grupos, que buscam no Hip-Hop a sua maneira de construir novos horizontes de expectativas para si mesmos e para seus grupos. O Hip-Hop é, portanto, ao mesmo tempo um veículo de crítica às narrativas convencionais das ciências sociais e da inversão dos significados da categoria *negro*, impondo uma luta por significados no plano dos discursos sobre a *raça*, mas também pode ser, como Gilroy bem expôs em *Between Fields* (2000) e *Darker Than Blue* (2010), uma expressão cultural que foi capturada pela *mainstream* do entretenimento, subsumindo parte do componente crítico que reside na cultura Hip-Hop por uma mais empresarial e corporativa que é sustentada pela cultura do consumo. É desse modo que percebemos que a discussão sobre a produção de espaços e oportunidades de bem-viver mobilizadas pela cultura Hip-Hop deve ser compreendida em sua complexa articulação que reflete pautas de grupos com interesses múltiplos e permite tensionar a ideia de que a juventude, assim como suas expressões culturais, deve ser compreendida em sua pluralidade. Desta maneira, é mais conveniente falar sobre juventudes e suas ações de manterem os ordenamentos vigentes, terem mobilidade social e/ou transformarem a realidade social, negociando mais ou menos com os regimes de representação convencionais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016. 264 p.

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, p. 231-251, 2017.

BACK, Les; TATE, Maggie. For a Sociological Reconstruction: W.E.B. Du Bois, Stuart Hall and Segregated Sociology. **Sociological Research Online**, v. 20, n. 3, 31 ago. 2015. Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/20/3/15.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 194 p.

FREIRE, Rebeca Sobral. **Hip-hop feminista? Convenções de gênero e feminismos no Movimento Hip-Hop soteropolitano [online]**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2018. Bahianas Collection, n. 20, 212 p. ISBN: 978-85-232-1862-1. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218621>. Acesso em: 25 out. 2023.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Universidade Cândido Mendes; Rio de Janeiro: Centro de Estudos AfroAsiáticos, 2001.

GO, Julian. **Postcolonial thought and Social theory**. New York: Oxford University Press, 2016

HALL, Stuart. New Ethnicities. In: DONALD, James; RATTANSI, Ali (ed.). **Race, cultures and difference**. London: Sage, 1992.

HALL, Stuart. On postmodernism and articulation. An interview with Stuart Hall, by Lawrence Grossberg. In: MORLEY, David; KUANG-HISING, Chen. **Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies**. New York: Routledge, 1996.

NUNES, Pâmela Vieira; GIRALDI, Patrícia; CASSIANI, Suzane. Decolonialidade na Educação em Ciências: O Conceito de bem viver como uma Pedagogia Decolonial. **Revista Interdisciplinar Sulear, [S.l.]**, ano 4, v. 9, p. 199-219, abr. 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/5651>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PISKOR, Ed. **Hip Hop Genealogia**. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Sumário de Rua).

ROSE, Tricia. **The Hip Hop Wars: What We Talk About When We Talk About Hip Hop-and Why It Matters**. New York: Basic Civitas, 2008.

ROSE, Tricia. **Barulho de preto: rap e cultura negra nos Estados Unidos contemporâneos**. Tradução: Daniela Vieira, Jacqueline Lima Santos. São Paulo: Perspectiva, 2021. (Coleção Hip-Hop em Perspectiva).

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Jaqueline Lima. **Negro, Jovem e Hip Hopper: História, Narrativa e Identidade em Sorocaba**. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -

Juventude e bem-viver: possíveis discussões mediadas pelo hip-hop – Pamela Barbosa Martins; Hasani Elioterio dos Santos – p. 78-94

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Marília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88796/santos_jl_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 out. 2023.

SANTOS, Jaqueline Lima. **Imaginando uma Angola pós-colonial: a cultura Hip-hop dos inimigos políticos da Nova República**. 2019. 314 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638395>. Acesso em: 1 jun. 2023.

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som: as transformações do rap no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

Recebido em: 31/08/2023 Aprovado em: 06/10/2023
--